

EXERCÍCIO DE MEMÓRIA:
INTERFACES COM A HISTÓRIA E A HISTORIOGRAFIA

Jurandir Malerba*
jurandir.malebra@puccrs.br

RESUMO: Neste artigo, parte-se da reflexão sobre as interfaces teóricas entre história e memória, propostas Le Goff, Halbwachs, Nora e Dosse, para observar seus impactos em três eixos temáticos na prática historiográfica.

PALAVRAS-CHAVE: História e memória, história e teoria, historiografia.

INTRODUÇÃO

O grande interesse no tema da relação entre memória e história surgiu na cena historiográfica via história das mentalidades coletivas, que atraiu número imenso de historiadores nas décadas de 1970 e 1980 e hoje se constitui num campo importante tanto de pesquisa empírica, quanto de reflexão teórica no campo do conhecimento histórico.

A memória no contexto das mentalidades é apenas um tópico entre muitos que fizeram da memória um campo impositivo na investigação acadêmica nas últimas duas ou três décadas. Desde os anos 1980, os historiadores têm-se focado mais detidamente na relação entre memória e história como um problema historiográfico.

Neste breve ensaio, depois de esmiuçarmos um pouco mais em detalhe as concepções sobre a relação entre história e memória dos principais formuladores da questão, como Le Goff, Halbwachs e Nora, procuraremos trazer a discussão para o campo historiográfico a partir de três eixos exemplares, que produziram linhagens importantes de pesquisa: primeiro, a relação entre memória coletiva e identidade nacional; segundo, a memória

* Professor da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS). Pesquisador PQ/CNPq,

das atrocidades da segunda guerra, particularmente o holocausto; terceiro, a relação da memória com a questão do “fim da história”.

Esses tópicos congregam questões candentes da história do (nosso) tempo presente. Muitos autores apontam para a crise das identidades nacionais nesta época de consolidação da globalização econômica¹. Os desdobramentos da Segunda Guerra, por outro lado, ainda mantém enormes feridas abertas (vide o barril de pólvora do anti-semitismo no mundo e a questão palestina²).

O ano de 1989 é, para nós, uma data simbólica³. Ele evoca o bicentário da revolução francesa, marco zero da era moderna. Alguns dizem que a data marca também seu desfecho, o fim da Guerra Fria concebido como uma luta ideológica sobre a melhor maneira de completar os ideais da revolução. A história intelectual dos últimos duzentos anos pode ser desenhada como um verdadeiro campo de batalha entre aqueles defensores dos ideais da revolução (um espectro muito diverso) e seus opositores: desde os que reclamaram o retorno ao *status quo ante* durante todo o século XIX até o limiar do século XX (MAYER, 1987) até os propositores de projetos alternativos à sociedade liberal burguesa que emergiu da revolução (REIS; ROLLAND, 2009). Os embates políticos do século XX foram em grande parte travados em torno da construção ou da destruição da memória desses projetos. Mas memorável também é 1945, particularmente devido a questões não resolvidas de responsabilidade moral em relação às atrocidades cometidas durante a II Guerra. A relação entre história e memória, assim, tornou-se um problema para a historiografia de um modo que jamais o tinha sido anteriormente.

Isso não quer dizer que os historiadores nunca tivessem considerado a relação entre história e memória antes. Mas uma rápida olhada na bibliografia deixa perceber a existência de uns poucos títulos, ainda que importantes, anteriormente a 1980. O entendimento desse tópico antes do final do século XX era, no máximo, *naïve*. A primeira menção à dobradinha história/memória como um problema historiográfico pode ser uma entrada de Pierre Nora sobre “memória coletiva” na clássica coletânea *A nova história*, organizada por Le Goff em 1978 (LE GOFF, 1989).

Consideremos, por exemplo, a historiografia do século XIX. De Michelet, na primeira metade do XIX a Collingwood, no começo do XX, a memória coletiva, entendida como uma imaginação viva dos atores históricos do passado, era tida como a própria matéria-prima do conhecimento histórico. Simpáticos para com as tradições políticas que estudavam, particularmente a construção da nação-estado como um instrumento de progresso, aqueles eruditos consideravam a história como uma evocação da memória⁴. Eles

estudavam a história para, por assim dizer, recriar no presente o passado tal como ela fora originalmente imaginado. Ao evocar imagens do mundo tal qual uma vez concebido, pensavam esses historiadores de meados do XIX, poder-se-ia re-adentrar aquele universo mental e, assim, restaurar-se a experiência mesma daqueles tempos idos. Essa concepção pode ser encontrada em concepções tão díspares de história como o diálogo que Michelet pretendia entabular com os mortos⁵, quanto com a metodologia da transposição proposta por Dilthey na sua formulação para uma metodologia das ciências do espírito (REIS, 2003) já na virada para o século XX. De modo que a relação entre memória e história era fluida, direta, transparente, não complicada.

Os historiadores da memória de hoje, ao contrário, estão envolvidos num tipo diferente de diálogo para com o passado. São mais desconfiados das distorções da memória e precavidos quanto à transferência de sua própria memória para as histórias que escrevem. Ou seja, querem fugir do pecado do anacronismo. Onde seus colegas do XIX encontravam o heroísmo espontâneo, eles hoje encontram poder calculado. O que se perdeu na passagem da moderna reconstrução historicista da relação memória/história para sua desconstrução pós-moderna, é importante assinalar, foi a ingênua crença em sua transparência – concebida como um círculo hermenêutico de coleção e reconstrução histórica.

A inserção da questão da memória – em detrimento da prática histórica – na pauta de preocupações dos historiadores nas três últimas décadas pode ser entendida como mais um desdobramento do *linguistic turn* operado nos anos 1960. Este irrompeu no final dos anos 1960 e irradiou-se nos anos 1970 como um reflexo filosófico das estratégias retóricas que os historiadores empregam para conceptualizar o passado – não seu conteúdo, mas as formas retóricas que são instrumentais para sua interpretação. Hayden White, em seu clássico, *Metahistory*, de 1973, não trabalha propriamente com questões da memória, mas sua exploração do trabalho de base da narrativa histórica foi um passo preliminar decisivo para toda consideração posterior. White expôs as peças da construção lingüística da composição histórica e ponderou a favor do papel essencial da retórica na reconstrução histórica (WHITE, 1992).⁶

Mas o fato é que a memória tornou-se importante como campo de pesquisa para os historiadores, particularmente desde o final da década de 1970, tendo como ponto de irradiação a França. De canteiro para escavações, as relações entre história e memória foram aos poucos se tornando elementos de reflexão teórica. As questões de fundo que se apresentaram foram em torno das relações entre memória e história e das fronteiras entre ambas. Quais as relações entre, por um lado, o armazenamento da memória

e produção do esquecimento e, por outro, as sociedades? Quais as relações entre a memória armazenada e a escrita da história?

Por certo que não pretendemos resolver estas questões aqui, senão apenas tentar bem equacioná-las.

LE GOFF E A HISTÓRIA/MEMÓRIA

A primeira tentativa de sistematização desse assunto, ou pelo menos, a mais conhecida entre nós, foi aquela feita por Jaques Le Goff (1990). O eminente *annaliste* esclarece desde o início que seu ensaio (um verbete da Enciclopédia Einaudi publicado nos anos 1970) é voltado para todo o campo das Ciências Humanas – e por isso privilegia a memória coletiva; mas não descarta de que essa problemática espraia-se para um campo científico mais geral, que abarca a psicologia, a psicofisiologia, a neurofisiologia, a biologia e as perturbações da memória, cuja principal é a amnésia.

Lembrando um pouco a teoria simbólica de Norbert Elias, Le Goff apresenta um dos fundamentos da questão da memória, que é sua relação orgânica com a questão da linguagem.

O ato mnemônico fundamental é o “comportamento narrativo” que se caracteriza antes de mais nada por sua função social, pois que é a comunicação a outrem de uma informação, na ausência do acontecimento ou do objeto que constitui o seu motivo. Aqui intervém a linguagem, ela própria produto da sociedade. A utilização da linguagem falada, depois escrita, é de fato uma extensão fundamental das possibilidades de armazenamento da nossa memória que, graças a isso, pode sair dos limites físicos do nosso corpo para ser interposta quer nos outros corpos quer nas bibliotecas. Isso significa que, antes de ser falada ou escrita, existe uma certa linguagem sob a forma de armazenamento de informações na nossa memória (LE GOFF, 1990, p. 424).

Ou seja, os seres humanos, no curso da longuíssima duração, criaram a capacidade de armazenar informação e de evocar simbolicamente um objeto (pessoa, processo, estrutura, acontecimento) na ausência física deste. Isso é válido para indivíduos isolados, assim como para sociedades. Nesse sentido, o registro escrito sobre o passado, em sua pretensão científica como sistematizada no século XIX, ou seja, a historiografia, não deixa de ser também uma forma social da memória coletiva. Claro que existem outras formas tão complexas de armazenamento da memória, como as religiões históricas, a literatura e a oralidade.

A coisa se complica, para os historiadores profissionais, quando estes se vêem obrigados a tratar das chamadas perturbações da memória: a amnésia, que não é só individual, mas que pode ser coletiva e gerar perturbações graves de identidade coletiva; e os usos e abusos, como o esquecimento (que é tão intencionalmente produzido como a lembrança) (MASTROGREGORI, 2006) ou as manipulações da memória; e aqui ela se aproximada da esfera do exercício do poder: manipulações conscientes ou inconscientes que o interesse, a afetividade, o desejo, a inibição, a censura exercem sobre a memória individual (e que, eu diria, é extensivo à coletividade).

Le Goff (1990) começa a evocar sua tradição francesa do tratamento da memória ao referir-se aos “lugares da memória”, conceito forjado por seu colega analista Nora (1992):

Lugares topográficos, como os arquivos, as bibliotecas, os museus; lugares monumentais como os cemitérios e as arquiteturas; lugares simbólicos como as comemorações, as peregrinações, os aniversários ou os emblemas; lugares funcionais como os manuais, as autobiografias ou as associações: estes memoriais têm a sua história. Mas não podemos esquecer os verdadeiros lugares da história, aqueles onde se deve procurar, não a sua elaboração, não a produção, mas os criadores e os denominadores da memória coletiva: Estados, meios sociais e políticos, comunidades de experiências históricas ou de gerações, levadas a constituir os seus arquivos em função dos usos diferentes que fazem da memória.

Outro ponto fundamental que Le Goff (1990, p. 476) apenas menciona – e que podemos trabalhar mais detidamente – refere-se ao fato de que “a memória é um elemento essencial do que se costuma chamar identidade, individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje, na febre e na angústia.” Contudo, se a memória é um elemento de coesão social, pelo que proporciona de fundamento para a construção de uma identidade coletiva (local, grupal, nacional), ela também pode ser usada como instrumento de poder:

Mas a memória coletiva é não somente uma conquista, é também um instrumento e um objeto de poder. São as sociedades cuja memória social é sobretudo oral ou que estão em vias de constituir uma memória coletiva escrita que melhor permitem compreender esta luta pela dominação da recordação e da tradição, esta manifestação da memória (LE GOFF, 1980, p. 476).

A FALSA DICOTOMIA HISTÓRIA/MEMÓRIA

Dosse (2003), em um livro recente, propõe a construção de uma “história social da memória”. Suas principais referências são os franceses Maurice Halbwachs, Pierre Nora e Paul Ricouer. Uma grande contribuição desse texto é o cotejamento entre a proposta do sociólogo durkheimiano da década de 1920 e o historiador da terceira geração dos *Annales*, este tendo acatado e desenvolvido as propostas daquele. Minha análise segue agora colada à de Dosse.

Quem primeiro buscou definir o campo de investigação da memória coletiva dentro das ciências sociais foi o sociólogo durkheimiano Halbwachs (1997), que procurou formular uma teoria compreensiva da memória coletiva. Até a década de 1970 uma figura menos conhecida da sociologia durkheimiana da década de 1920, Halbwachs foi redescoberto pelos historiadores na década de 1970 devido ao trabalho de Pierre Nora. Halbwachs sustentava que a memória coletiva evoca a presença do passado. Como uma imaginação viva, a memória coletiva é continuamente refeita pelos contextos sociais nos quais é resgatada. Quanto mais poderoso o contexto, mais impositivas serão as memórias. A teoria de Halbwachs antecipava nossa necessidade cultural corrente de entender o modo como imagens mnemônicas são manipuladas pela autoridade pública. A comemoração é uma estratégia calculada para estabilizar as memórias coletivas (HUTTON, 1993, p. 537).

A teoria de Halbwachs (1994) se erige com base na oposição frontal dos conceitos de memória e história, colocando do lado da memória “tudo o que flutua, o concreto, o vivido, o múltiplo, o sagrado, a imagem, o afeto, o mágico...”. A história, em oposição, se definiria por seu caráter crítico, conceitual, problemático e laicizante (DOSSE, 2003, p. 280). Tal radical separação poderia levar ao falso entendimento de que a história só começa quando acaba a memória. Essa distinção foi o ponto de partida de uma reflexão inovadora sobre a maneira pela qual opera a memória coletiva em comunidades sociais concretas.

Mas Halbwachs parte de um conceito de história (conhecimento) já então superado, mesmo para sua época: aquela herdeira do cientificismo do século XIX, próxima a algo como uma física social fora da experiência vivida (que era a base da própria proposta da sociologia de Durkheim). Halbwachs distingue história e memória ao estabelecer um quadro antitético entre ambas.

Em sua concepção, a memória está inteiramente do lado do vivido, enquanto os “acontecimentos históricos desempenham o mesmo papel que as divisões do tempo marcadas sobre um relógio ou determinadas pelo ca-

lendário” (HALBWACHS 1997, p. 101 *apud* DOSSE 2003, p. 280). O tempo da história, nessa perspectiva, é algo exterior à experiência, não mais que um enunciado formal.⁷

Para Halbwachs, portanto, existira um corte intransponível entre essas duas categorias. A memória coletiva se apresenta como fluxo ou uma linha existencial contínua, enquanto a história opera mecanicamente, recorta períodos e privilegia as diferenças, mudanças e descontinuidades: “No desenvolvimento contínuo da memória coletiva não há linhas de separação nitidamente traçadas, como na história”. A memória constitui-se com base na fragmentação, na pluralidade dos grupos e indivíduos; já a história constrói-se sobre a unicidade, a totalidade: “A história é uma e só se pode dizer que só existe uma história” (HALBWACHS *apud* DOSSE, 2003, p. 281).

Essa concepção de história de Halbwachs é quase caricata, como se a história se pretendesse insípida, neutra, positiva – como de fato efetivamente fora, até pela época em que escreveu Halbwachs, quando, porém, concepções diversas, arrojadas e críticas de história já circulavam. Contra aquela concepção que ataca, Halbwachs proporá a alternativa da memória como o diferencial oferecido pelos sociólogos em sua postura ecumênica e nada inocente de capitanear todo o conjunto das ciências sociais⁸. Ele apresenta a história como o lugar da objetividade absoluta, da neutralidade axiológica do sujeito cognoscente, do mero registro factual, livre de todo e qualquer juízo de valor. Como a reconstrução da totalidade dos fatos históricos seria inatingível, restaria apenas o trabalho de corte que caracteriza a obra histórica, marcada pela pretensão de infalibilidade de seu método científico de abstração.

Enfim, Halbwachs acreditava que memória e história são antitéticas: a memória confirma semelhanças para com o passado; a história busca diferenças. A memória evoca a presença do passado; a história mantém-se distante dele. Mais importante: a memória distorce o passado, enquanto que a obrigação do historiador é corrigir as incorreções da memória!

Do ponto de vista da narrativa pensada entre memória e história, o mais pretensioso dos estudos sobre comemoração foi editado por Pierre Nora (1984-1992). Trata-se de um projeto levado a cabo durante os anos 1970, no sentido de reconsiderar a própria natureza da identidade nacional francesa. Cerca de 60 dos mais destacados historiadores da França participaram dele. Note-se que ele apareceu por volta dos anos do bicentenário da revolução, e pode mesmo ter deslocado aquele evento comemorativo em importância. Nora propôs uma abordagem inovadora à narrativa histórica. Ao organizar seu projeto, ele procedeu do presente retroagindo ao passado, como no desenho de uma árvore genealógica. O efeito foi fazer do presente a referência primeira,

abrindo o campo de investigação para uma miríade de modos pelos quais a herança nacional francesa fora desde sempre pensada. No seu plano de obra, Nora estruturou os “lugares da memória” em três níveis de representação que remetiam a um passado de complexidade diversificada:

1. A “república”: por volta do final do século XIX, época de seu último triunfo como um regime político e seu poder crescente como uma nação-estado;
2. A “nação”: por volta da Revolução Francesa;
3. “*les France*”, um círculo mais amplo de imagens culturais que moldaram a identidade da França, algo remontando à Idade Média.

No esquema de Nora, a relação entre história e memória é reversa. A grande narrativa da história da França moderna é fragmentada em narrativas particulares, cada uma delas re-allocadas num diferente lugar da memória. Esses lugares da memória são apenas vagamente conectados, quando o são. As memórias são desatadas de seus lugares fixos numa grande narrativa para tornarem-se pontos de referência simultânea para os historiadores reconstruírem sua herança cultural. A estrutura da história, assim, parte do elenco espacial da memória coletiva, tal como Halbwachs a descrevia. Ao abordar o passado a partir do lugar privilegiado do presente, o historiador contempla os domínios da memória, cada um dos quais podendo ser resgatados ao presente (NORA, 1984-1992, p. 11-32). A história torna-se a arte de situar essas memórias. Esse método de situar a narrativa histórica nos lugares da memória foi empregado por muitos historiadores desde então (SCHAMA, 1995).

Pierre Nora, portanto, parte justamente dessa oposição entre história e memória quando propõe o objeto dos *Lugares de memória*:

Memória, história: longe de ser sinônimos, tomamos consciência de que tudo as opõe. A memória é a vida, sempre levada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em evolução permanente, aberta a dialética da lembrança e da amnésia, inconsciente de suas sucessivas deformações, vulneráveis a todas as utilizações e manipulações, suscetíveis de longas latências e súbitas revitalizações. A história é a reconstrução problemática e incompleta do que não é mais. A memória é um fenômeno sempre atual, um vínculo vivido no presente eterno; a história, uma representação do passado. Por ser efetiva e mágica, a memória só se contenta com detalhes que a confortam: ela se alimenta de lembranças opacas, globais, ou flutuantes, particulares ou simbólicas, sensível a todas as transferências, censuras, telas ou projeções. A história, porque operação intelectual e laicizante, chama análise e discurso

crítico. A memória instala a lembrança no sagrado, a história a desaloja, ela sempre torna [ao] prosaico (NORA 1984-1992 apud DOSSE, 2003, p. 282).

A multiplicação dos estudos sobre a memória coletiva dá a perceber a complexidade de seu modo de funcionamento e torna possível a abordagem crítica do falso dilema, inicialmente proposto por Halbwachs e retificado depois por Nora, da inelutável escolha entre o pólo de uma história fundada sobre seu contrato de verdade e o de uma memória fruto da experiência vivida imediatamente abordável. O aprimoramento do campo memória/história deve apontar para a superação desse falso dilema, ou seja, há que pensá-las não mais em termos de oposição, mas sim de convergência.

EIXOS HISTORIOGRÁFICOS COMO EXEMPLOS PARA REFLEXÃO

Conforme nossa proposta inicial, vamos então tomar como pretexto para refletir a conjunção de história e memória três campos possíveis de pesquisa: primeiro, a relação entre memória coletiva e identidade nacional; segundo, a memória das atrocidades da segunda guerra, particularmente o holocausto; terceiro, a relação da memória com a questão do “fim da história”⁹

IDENTIDADE NACIONAL E COMEMORAÇÃO

O tópico memória coletiva/identidade nacional suscitou grande interesse em vários países (GILLES, 1994). Provavelmente o estudo mais influente nesse sentido foi o livro de Eric Hobsbawm e Terence Ranger, *The invention of tradition*, de 1983. Os autores depositaram uma grande ênfase nas estratégias de comemoração, por meio das quais os homens de Estado da Europa do final do XIX “fabricaram” tradições artificiais para fazer reverberar o prestígio e a autoridade do Estado-nação. Eles analisaram o modo como o mito e o ritual foram usados para criar uma memória pública na qual os cidadãos deveriam acreditar. Tradições inventadas moldaram as imagens do passado às necessidades do presente. O livro de Hobsbawm e Ranger tornou-se um verdadeiro paradigma para estudos congêneres¹⁰. De vários modos, essa historiografia “derivada” acabou por endossar a tese de Hobsbawm e Ranger de que a memória coletiva é construída e que a chave para sua influência é o poder de Estado (BODNAR, 1992; ZERUBAVEL, 1995). Parece-me escusado ter que pontilhar esta análise com mais exemplos historiográficos, abundantes tanto na literatura internacional como na brasileira¹¹.

A MEMÓRIA DO HOLOCAUSTO E O PROBLEMA DA NARRATIVA

Outro eixo de produção historiográfica privilegiado para a observação das relações tensas entre história e memória emerge na questão dos “usos” da memória: além do reforço do poder, como nas comemorações, o apagamento da memória – ou seja, a produção do esquecimento – e suas manipulações. Este tópico foi magistralmente trabalhado por Francisco Falcon, que usarei como guia para esta rápida discussão (FALCON, 2000).

Um primeiro exemplo emblemático a evocar é a questão da memória do holocausto, ou a assim chamada “Solução Final” nazista, que se tornou um verdadeiro ponto de inflexão na discussão teórica sobre o estatuto da narrativa histórica desde há uns 15 anos.

A questão que se levantou de maneira calorosa nos inícios dos anos 1990, e que ainda hoje repercute de maneira retumbante¹², foi batizada de “negacionismo”: haveria ou não uma “realidade histórica” chamada Holocausto? A questão teórica subjacente era de fundo, sobre a possibilidade ou não de os relatos dos historiadores se referirem a uma realidade externa a ele; portanto, diante de narrativas mutuamente excludentes, se haveria possibilidade ou não de se chegar a uma narrativa verdadeira, com base numa referência extralingüística. A resposta a essa questão definiria o próprio estatuto do conhecimento produzido pelos historiadores – se um texto realista ou uma ficção.¹³

Os debates acerca do Holocausto formularam-se em torno de duas questões – a das falsificações da história e a das relações entre narrativas que, em princípio, não negam a “realidade” do Holocausto e sua “realidade”. Algumas obras de Pierre Vidal-Naquet exemplificam a primeira questão; para ilustrar a segunda, bastará a coletânea organizada por Saul Friedlander.

Em *Os Assassinos da Memória – O revisionismo na história*, Vidal-Naquet (1998) reuniu artigos publicados de 1980 a 1987, levantando-se contra as chamadas teses “negacionistas” de autores como Paul Rassinier e Robert Faurisson. Essas teses procuravam negar, em linhas gerais, a existência histórica do Holocausto; ou, de outro modo, afirmavam que o Holocausto seria uma “invenção” essencialmente judaica e anti-germânica. “Invenção” que não se apoiaria em documentos “fidedignos”, pois que todos os testemunhos existentes seriam ou “suspeitos”, isto é, produzidos pelos próprios judeus sobreviventes, ou decorrentes de leituras equivocadas da documentação oficial produzida pelo Nacional Socialismo alemão. Assim, segundo os “negacionistas” as câmaras de gás jamais existiram, Hitler nunca ordenou um “extermínio”, não houve 6 milhões de mortos, mas, no máximo,

umas 200 mil vítimas de doenças “normais” para a reclusão em campos de concentração, ou mesmo por rusgas de judeu contra judeu.

No início dos anos 1990, o historiador de origem semita Saul Friedlander organizou um congresso em Berkeley, onde especialistas convidados abordaram aspectos os mais variados da “representação” do Holocausto, em termos historiográficos, artísticos, literários, psicológicos e políticos. Os textos apresentados nesse evento foram publicados, em inglês, com o título de *Investigando os Limites da Representação. O Nazismo e a “Solução Final”*. (FRIEDLANDER, 1992)

Na introdução à coletânea, Friedlander expressa sua intenção de utilizar-se do caso de um evento “no limite” para fazer pensar sobre as diversas concepções da verdade histórica: “O extermínio dos judeus... deve desafiar os teóricos do relativismo a encararem os corolários de posições que, de outra maneira, podem ser tratadas com facilidade em nível abstrato”. Um acontecimento como o Holocausto, porém, carrega em si tamanha “exigência de verdade” que traz para a mesa a incontornável necessidade de posicionamento dos historiadores quanto aos limites à “representação” (narrativa)¹⁴.

O FIM DA HISTÓRIA E A MEMÓRIA COMO PROBLEMA HISTORIOGRÁFICO

Esse tópico do “fim da história” está imbricado na questão da memória, segundo Patrick Hutton, porque lida com tempo e narrativa de modo a desagar na relação entre memória e história. O estudo fundador desse debate no início dos anos 1990 é, bem sabido, do cientista político Francis Fukuyama, que revigorou o aforismo memorável cunhado pela primeira vez por Kant (depois reiterado por Hegel). Por “fim” da história ele queria remeter não a qualquer catástrofe iminente, mas à culminação de um modo particular de ordenar o tempo histórico. Fukuyama firma seu argumento no idealismo Kantiano; Kant projetara o fim da história num futuro, por assim dizer, utópico, mas para o qual nós devemos direcionar nossas energias morais. Essa é a própria essência da noção de progresso embutida na concepção de história da Ilustração. Com Fukuyama, o fim da história não seria mais um futuro distante, mas antes a culminação da luta ideológica pela criação da boa sociedade, luta da qual nós vimos participando desde a revolução francesa. Nós aprendemos por essa experiência, sustenta Fukuyama, que a democracia liberal é um ideal para além do qual não se pode avançar. Publicado em 1989, o livro de Fukuyama parecia um epitáfio perfeito para a Guerra Fria¹⁵.

Para equacionar melhor essa questão, vale a pena evocar o historiador francês François Hartog, que trata mais diretamente da questão da narrativa.

Hartog descarta a noção de épocas históricas em favor do conceito de “regimes de historicidade”. Por esse termo ele quer referir os modos mutantes pelos quais os historiadores perceberam e registraram o tempo histórico. Em outras palavras, ele redireciona nossa atenção da definição de uma época histórica para o significado de tempo na narrativa histórica. Hartog é um historiador da antiguidade e consegue ter uma visão ampla das perspectivas históricas em transformação na história, como uma narrativa com começo, meio e fim. Ele chama a atenção para a *historia magistra vitae*, que vigorou desde a Antiguidade até o Renascimento. Os historiadores, naquele “velho regime de historicidade”, viam os eventos do passado como arquetípicos. Os eventos subseqüentes reiteravam suas lições. Tal narrativa privilegiava o passado, ao preservar o entendimento de uma cultura ancorada na tradição. O “moderno regime de historicidade”, ao contrário, privilegia o futuro, como se poderia esperar de uma cultura que atribui importância à inovação e à iniciativa.

No regime moderno, os historiadores tendiam a identificar eventos singulares que marcavam pontos de inflexão na progressão indefinida do tempo. Eles olhavam o passado para preencher suas expectativas sobre as promessas contidas no futuro. Porque o futuro era previsível em tal ordenamento do tempo histórico, também o era o passado. A característica mais significativa de nosso tempo, de acordo com Hartog, é nossa perda de fé naquele regime moderno de historicidade. Ele fora deslocado por outro que privilegia o presente. Tal formulação prescinde de uma *grand narrative*. Como o futuro é representado problemático, também o passado torna-se imprevisível. Tal abordagem ao passado nos convida a viajar no tempo pelos “lugares da memória”. E aqui reencontramos Nora. Olha-se para trás, para um mundo diferente do nosso, mas com a esperança de que ele possa nos inspirar a fazer sentido do presente. A questão da memória/história é sintomática desse moribundo regime de historicidade no qual o presente, não o futuro, é nossa referência primeira de temporalidade (HARTOG, 2006).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mais esclarecedor de que toda essa discussão sobre as relações entre história e memória é perceber este quadrante memorial avassalador no qual estamos vivendo. Foi assim no bicentenário da revolução francesa (que coincidiu com nossa inconfidência mineira); foi assim no quinto centenário do descobrimento da América; é assim hoje centenário de nascimento ou morte de autores consagrados, como o é no barulhento evento das efemérides do

bicentenário da vinda da família real portuguesa para o Brasil. Será assim daqui poucos anos, quando se começar a “comemorar” as independências na América Latina ou a revolução russa.

Numa época como a nossa em que tudo, até mesmo a história e a identidade coletiva de um povo transforma-se em mercadoria, não é de estranhar o estardalhaço mercadológico em torno das efemérides, como assistimos recentemente com o advento do bicentenário da chegada da corte ao Brasil. Da noite para o dia, vimos ilustres desconhecidos tornarem-se celebridades e posarem de sábios eruditos; leitores de meia dúzia de livros se acotovelando para “entrar no debate”; publicações de qualidade suspeitíssima ganhando espaço na mídia. Uns se apropriam do fato como guardiões da história; outros vaticinam contra ela, acusando os abusos e manipulações da memória; esse turbilhão rememorativo contribuirá para construir a consciência histórica de nossa geração; o próprio tempo, porém, fará a triagem do que disso tudo se aproveita e o que deverá cair no esquecimento. Mas, afinal, o que hoje se comemora? O que significa, no caso, comemorar 1808 em 2008?

“Comemorar”, memorar junto, exercício que aponta para as fronteiras movediças entre história e memória e, num movimento frenético, funde passado e futuro no tempo presente. Quando nos dispomos a memorar juntos, vemos eclodir a história viva, na pulsão dos debates apaixonados que reverberam a partir da historiografia e se espraiam por todo o espectro social.

O acontecimento passado revigora a história, na medida em que afeta o presente, fazendo do distanciamento temporal um instrumento meticuloso para a revisão das diversas estratificações de sentido que se lhe foram atribuindo ao longo de gerações, tornando esse acontecimento em evento “supersignificado”, como denomina Paul Ricouer. Aqui ele alcança toda sua importância de força política – e cultural – no tempo presente: a retomada reflexiva do acontecimento supersignificado torna-se o alicerce para a construção narrativa (histórica) de identidades fundadoras. Mas, junto com esse aspecto “construtivo” da memória, há que se ressaltar os graves problemas a ela associados, que se relacionam ao exercício do poder.

Estou me referindo às patologias coletivas da memória, que podem se manifestar por situações de pleno resgate da memória, de repetição cuja “comemoração” e tendência à patrimonialização do passado, como no caso do Brasil joanino, são um belo exemplo; ou por situações contrárias, o “basta de memória”, como é o caso em todos os países totalitários dominados pela memória manipulada. Como ensina Paul Ricouer (2000), é assim que a memória se torna inseparável do trabalho do esquecimento. Como lembra também Todorov (1995, p. 14): “A memória não se opõe ao esquecimento. Os dois termos que

contrastam são o apagar (o esquecimento) e o conservar; a memória é sempre e necessariamente uma interação dos dois”.

Nós esquecemos de maneira tão ativa quanto nos lembramos. Isso é uma característica íntima da memória: sua seletividade. O esforço de memória que inclui é também aquele que ativamente exclui. A memória que produz esquecimento.

De modo que, em relação a história, a memória é um modo de seleção no passado, uma construção intelectual e não um fluxo exterior ao pensamento. Quanto à dívida que guia o “dever de memória”, ela está no cruzamento da tríade passado-presente-futuro e tem a ver com os desejos de ação do presente em relação a um projeto de futuro (KOSELLECK; RÜSEN). Essa dialética dos tempos não afeta somente nossas possibilidades e limites de ação; incide diretamente no modo como nos apropriamos do passado e como o apresentamos em forma narrativa.

PLAYING WITH MEMORY: REFLECTIONS WITHIN HISTORY AND HISTORIOGRAPHY

ABSTRACT: In this essay one aims at to observing the theoretical contacts between history and memory, departing from the analysis of classical approaches by Le Goff, Halbwachs, Nora e Dosse and its developments in the historiographical output.

KEYWORDS: History and Memory. History and Theory. Historiography.

NOTAS

- 1 A questão da globalização em sua relação com a história vem gerando farta bibliografia. Para duas abordagens críticas, ver Wallerstein (2007, 1999, 1996) e Aguirre Rojas (2004a).
- 2 Para uma boa introdução à “questão palestina”, ver Fronkim (2008).
- 3 Sobre a significação simbólica de 1989, ver Bolívar Echeverría (1990); Arrighi, Hopkins, Wallerstein (1992); Aguirre Rojas (1989) en perspectiva histórica. In: Aguirre Rojas 2005.
- 4 A bibliografia sobre o assunto é generosa: a título de exemplo, ver: Gossman 1976; Gruner 1969; Jacob 1988; Berger 1995. Sobre as relações entre construção da nação, memória e história, Ver Hunt (1995) e Olick (1998).
- 5 Ver o brilhante capítulo “metodológico” “Do método e do espírito deste livro”, do livro 3 de Michelet 1989, p. 281-305. Os mais belos ensaios sobre Michelet, para mim, foram aqueles escritos por Wilson (2006).
- 6 A literatura sobre o fenômeno “pós-modernismo” em história é extensa. Nela se há de incluir Rüsen (1993); Ankersmit (1994); Topolsky (1994); Bailyn (1982);

- Stone & Spiegel (1992); Pieters (2000). Para um apreciação crítica do impacto do *linguistic turn* na historiografia contemporânea, cf. Iggers (1997, p. 118 ss); Cardoso (1998 e 1999); Malerba (2007 e 2009).
- 7 Sobre o assunto, ver as eruditas e sugestivas reflexões de José Carlos Reis (1994).
 - 8 Cf. Malerba (2008). Essa disposição ecumênica e imperialista dentro das Ciências Sociais ocorrerá depois, com o surgimento do Estruturalismo, com a antropologia estrutural proposta por Levi-Strauss, que pleiteava a posição de liderança de sua nova disciplina pois esta seria a única capaz de trabalhar no nível das estruturas da sociedade – único lugar onde seria possível fazer ciência. A resposta a Levi-Strauss foi dada por Braudel em seu clássico ensaio de 1958 sobre a “longa duração”.
 - 9 As reflexões seguintes são tributárias de Hutton (2000).
 - 10 Hobsbawm, E.; Ranger (1997). Cf. o balanço feito por Ranger (1993).
 - 11 Para uns poucos, porém representativos exemplos dessa historiografia no Brasil, ver: Sandes (2000); Abreu (1996); Bittencourt (1992); Motta (1992); Oliveira (1989); Santos (1985); Fico (1997).
 - 12 Conforme o caso recentíssimo do bispo inglês radicado na Argentina Richard Williamson, que negou a existência do Holocausto, a ponto de o Vaticano exigir sua retratação, devido a pressões internacionais. Cf. Carmo (2009). Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/bbc/ult272u500903.shtml>>. Acesso em: 01.06.2009.
 - 13 Cf. Malerba (2007). Para uma crítica e uma proposta de enfrentamento teórico ao anti-realismo histórico, uma das duas bases epistemológicas da pós-modernismo historiográfico.
 - 14 Dois dos textos, que apresentam concepções opostas sobre os limites da representação (narrativa) em história, apresentados em Berkeley e publicados por Friedlander, são de Haydn White (Historical Emplotment and the Problem of Truth) e Carlos Ginzburg (Just One Witness). Esses ensaios foram traduzidos e publicados em Malerba (2006).
 - 15 Cf. Niethammer (1989), que reviu os profetas da mudança de uma era histórica para outra pós-histórica, do século XIX e XX; também Callinicos (1995); Fontana (1998).

REFERÊNCIAS

- ABREU, Regina. *A fabricação do imortal: memória, história e estratégias de consagração no Brasil*. Rio de Janeiro: Rocco, 1996.
- AGUIRRE ROJAS, Carlos Antonio. 1989 en perspectiva histórica. In: _____. *Para comprender el siglo XXI: una gramática de la larga duración*, El Viejo Topo, 2005.
- AGUIRRE ROJAS, Carlos Antonio. *América Latina: história e presente*. Campinas: Papirus, 2004a.

- ANDERSON, Perry. *On Emplotment: two kinds of ruin*. Friedlander, 1992.
- ANKERSMIT, Frank. *History and topology*. Berkeley, University of California Press, 1994.
- ARRIGHI G., HOPKINS T.; WALLERSTEIN I. 1989, the continuation of 1968, *Review*, v. XV, n. 2, 1992.
- BAILYN, Bernard. The Challenge of Modern Historiography, *American Historical Review*, v. 87, p. 1-24, 1982.
- BERGER, Stefan. Historians and the Nation-Building in Germany after Reunification. *Past & Present*, n. 148, p. 187-222, 1995.
- BITTENCOURT, Circe. As tradições nacionais e o ritual das festas cívicas. In: PINSKY, Jaime (Org.). *O ensino de história e a criação do fato*. São Paulo: contexto, 1992.
- BODNAR, John. *Remaking América: Public Memory, commemoration, and Patriotism in the 20th Century*. Princeton: PUP, 1992.
- BROWNING, Chistopher. German Memory, Judicial Interrogation and Historical Reconstruction. In: Friedlander, 1992.
- CALLINICOS, Alex. *Theories and Narratives. Reflections on the Philosophy of History*. Cambridge: Polity Press, 1995.
- CARDOSO, C. F. Crítica de duas questões relativas ao anti-realismo epistemológico contemporâneo. *Diálogos*. Maringá, v. 2, n. 2, p. 47-64, 1998.
- CARDOSO, C. F. Epistemologia pós-moderna, texto e conhecimento: a visão de um historiador. *Diálogos*. Maringá, v. 3, n. 3, p. 01-29, 1999.
- CARSOSO, Cf. F.; MALERBA, J. *Representações: contribuição a um debate transdisciplinar*. Campinas: Papirus, 2000.
- CARMO, Márcia. Bispo que negou Holocausto é retirado de cargo. *Folha de São Paulo*, 09/02/2009.
- CHARTIER, R. A História Hoje: dúvidas, desafios, propostas. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 13, 1994;
- DOSSE, François. *A História*. Bauru: Edusc 2003.
- ECHEVERRÍA, Bolívar. "1989", *Cuadernos Políticos*, México, n. 59-60, 1990;
- FALCON, F. História e representação. In: CARSOSO, Cf. F.; MALERBA, J. *Representações: contribuição a um debate transdisciplinar*. Campinas: Papirus, 2000.
- FICO, Carlos. *Reinventando o otimismo: propaganda, ditadura e imaginário no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 1997.
- FONTANA, Josep. *A história depois do fim da História*. Bauru: Edusc. 1998.
- FRIEDLANDER, Saul (Ed.). *Probing the limits of representation. Nazism and the "Final Solution"*. Cambridge: Harvard University Press, 1992.

- FRONKIM, David. *Paz e guerra no Oriente Médio*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2008.
- GILLES, John R. (Ed.). *Commemorations: the Politics of National Identity*. Princeton: PUP, 1994.
- GINZBURG, C. O extermínio dos judeus e o princípio da realidade. In: MALERBA, J. *A história escrita*. São Paulo: contexto, 2006
- GOSSMAN, Lionel. Liberal Politics na the Reforma f Historiography. *History and Theory*, v. 15, n. 5, p. 6-19, 1976.
- GRUNER, Shirley. Politicalhistoriography in Restoration France, *History and Theory*, v. 8. n. 3, p. 346-365, 1969.
- HALBWACHS, Maurice. *La Mémoire collective*. Paris: PUF/Albin Michel, 1997.
- HALBWACHS, Maurice. *Les Cadres sociaux de la mémoire*. Paris: Albin Michel, 1994.
- HARTOG, F. Arte da narrativa histórica. In: BOUTIER, Jean; JULIA, Dominique. *Passados recompostos; campos e canteiros da história*. Marcella Mortara e Anamaria Skinner. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ; FGV, 1998.
- HARTOG, F. *O século XIX e a História: o caso Fustel de Coulanges* Roberto Cortes de Lacerda. Rio de Janeiro: Ediotra UFRJ, 2003.
- HARTOG, F. Tempos do mundo, história, escrita da história. In: GUIMARÃES, M. L. S. *estudos sobre a escrita da história*. Rio de janeiro: Sette Letras, 2006. Original 1996.
- HOBSBAWN, E.; RANGER, T. *A invenção de tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.
- HUNT, Lynn. Forgetting and Remembering: the French Revolution then and Now, *The American Historical Review*, v. 100, n. 4, p. 1119-1135, 1995;
- HUTTON, Patrick. *History as an art of Memory*. New Hampshire: University of New England Press, 1993.
- HUTTON, Patrick. Recent Scholarship in Memory and History, *The History Teacher*, v. 33, n. 4, p. 533-548, 2000.
- IGGERS, G. *Historiography in the 20th century*. Hanover/London: Wesleyan University Press, 1997.
- JACOB, Laurence, 'Le moment liberal': the distinctive Character of Restoration Liberalism. *The Historical Journal*, v. 31, n. 2, p. 479-491, 1988.
- LE GOFF, Jacques. *A história nova*. São Paulo: Martins Fontes, 1989.
- LEGOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas: Unicamp, 1990.
- MALERBA, J. A história e seus discursos: uma contribuição ao debate sobre o realismo histórico. *Lócus*, Juiz de Fora, 2007.
- MALERBA, J. *A história escrita: teoria e história da historiografia*. São Paulo: Contexto, 2006.
- MALERBA, J. *A história na América Latina: ensaio de crítica historiográfica*. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 2009.

- MALERBA, J. Estrutura, Estruturalismo e História Estrutural. *Diálogos*. Maringá, v. 12, p. 19-55, 2008.
- MASTROGREGORI, Massimo. Historiografia e Tradição das Lembranças. In: MALERBA, J. *A história escrita: teoria e história das historiografia*. São Paulo: Contexto, 2006.
- MAYER, Arno. *A força da tradição: a persistência do Antigo Regime (1814- 1914)*. Tradução de Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- MICHELET, Jules. *História da Revolução Francesa*. São Paulo: Cia. das Letras; Círculo dos livros, 1989.
- MOTTA, Marly Silva da. *A nação faz cem anos: a questão nacional no centenário da Independência*. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 1992.
- NIETHAMMER, Lutz. *Posthistoire: Has History Come to an End?* Patrick Camiller. Londres: Verso, 1989.
- NORA, Pierre. *Les lieux de mémoire*. Paris: Gallimard, 1984-1992, 3 v.
- NORA, P. Comment écrire l'histoire de France? In : _____. *Les Lieux de mémoire*, v. 3, p. 11-33.
- OLICK, Jeffrey K. Introduction: Memomry and the Nation: continuities, Conflicts, and Transforamtions, *social Science History*, v. 22, n. 4 (número especial: Memory ans the Nation), p. 377-387, 1998.
- OLICK, Jeffrey K. Introduction: Memomry and the Nation: continuities, Conflicts, and Transforamtions, *social Science History*, v. 22, n. 4 (número especial: Memory ans the Nation), p.377-387, 1998.
- OLIVEIRA, Lucia Lippi. As festas que a Repúblicas manda uardar. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 2, 1989.
- PIETERS, Jurgen. "New Historicism: Postmodern Historiography Between Narrativism and Heterology", *History & Theory*, v. 39, n. 1, p. 21-38, 2000.
- RANGER, T. The invention o Tradition Revisited: the case of colonial África. In: RANGER, T; Vaughan (Eds.). Megan. *Legitimacy and the State in África*. Londres: MacMillan, 1993.
- REIS, Daniel Aarão; ROLLAND, Denis. *Modernidades alternativas*. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 2009.
- REIS, José Carlos. *Wilhelm Dilthey ea autonomia das ciências histórico-sociais*. Londrina: Eduel, 2003.
- REIS, José Carlos. *Tempo, História e evasão*. Campinas: Papirus, 1994.
- RICCER, Paul. *La Mémoire, L'Histoire, L'Oubli*. Paris: Éditios du Seuil, 2000.
- RÜSEN, J. *Studies in Metahistory*. Pretoria: Humana Sciences Research Council, 1993.
- SANDES, Noé F. *A invenção da nação: entre a monarquia e a república*. Goiânia:

Ed. da UFG, 2000.

SANTOS, A. C. M. A invenção do Brasil: um problema nacional.; *Revista de História*, São Paulo, jan./jun. 1985.

SCHAMA, Simon. *Landscape and Memory*. Nova York: Knopf, 1995.

STONE, Lawrence; SPIEGEL, G. "History and Postmodernism", *Past & Present*, n. 135, p. 189-208, 1992.

TODOROV, Tzvetan. *Les Abus de la mémoire*. Paris: Arléa, 1995.

TOPOLSKY, Jerzy. (ed.) *Historiography Between Modernism and Postmodernism*. Amsterdã: Rodopi, 1994.

VIDAL-NAQUET, P. *Os Assassinos da Memória: um Eichmann de papel e outros ensaios sobre o reacionismo*. Campinas: Papirus, 1998.

WALLERSTEIN, Emanuel. *Capitalismo histórico e civilização capitalista*. Rio de Janeiro: contraponto, 2007;

WALLERSTEIN, Emanuel. *Después del Liberalismo*. México: Siglo XXI, 1996.

WALLERSTEIN, Emanuel. La imagen global y las posibilidades alternativas de la evolución del sistema-mundo, 1945-2025. *Revista Mexicana de Sociología*, México, n. 2, 1999.

WALLERSTEIN, Immanuel.. *Capitalismo histórico e civilização capitalista*. Rio de Janeiro: contraponto, 2007.

WHITE, , Hayden. *Meta-história. A imaginação histórica do século XIX*. São Paulo: Edusp, 1992.

WHITE, H. Enredo e verdade na escrita da história. In: MALERBA, J. *A história escrita*. São Paulo: contexto, 2006.

WILSON, Edmund. *Rumo à estação Finlândia*. Companhia de Bolso, 2006.

ZERUBAVEL, Yael. *Recovered roots: the making of israeli National tradition*. Chicago: Um. Of Chicago Press, 1995.